

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário de Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2299165820190410085807

Processo 0800222-25.2019.8.23.0010 ☆ - (92 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 4847 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar
Movimentos de:

☐ Magistrado

☐ Servidor

☐ Advogado

☐ Membro
MP

☐ Defensor

☐ Procurador

☐ Outros

☐ Audiência

Ocultar
Movimentos:

☐ Inválidos

☐ Sem
Arquivo

☐ Hab.
Provisória

Filtros

Movimentado Por:

☐ Advogado

☐ Defensor de Justiça

☐ Entidades Remessa

☐ Magistrado

☐ Procurador

☐ Servidor

Sequencial(Intervalo):

ao

Data do Movimento(Período):

à

Descrição:

58 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 58

500 por pág.

1

Seq.

Data

Evento

Movimentado Por



58

10/04/2019 08:58:07

JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (04/04/2019)

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
Procurador

58.1 Arquivo: Petição

Ass.: JOAO ALVES
BARBOSA FILHO
JOAO ALVES BARBOSA
FILHO,

2559124IMPUGNACAOOLAUDOPERICIALJUR01.PDF

Público

LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

(Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 05/04/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO (04/04/2019) e ao evento de expedição seq. 53.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
Procurador



56

04/04/2019 13:48:35

JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE

Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (04/04/2019)

ANTONIO XIMENES DE MACEDO
NETO
Advogado

LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA

(Pelo advogado/curador/defensor de MARCELO DUARTE DIAS) em 04/04/2019 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 52) JUNTADA DE LAUDO (04/04/2019) e ao evento de expedição seq. 54.

ANTONIO XIMENES DE MACEDO
NETO
Advogado

EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Para advogados/curador/defensor de MARCELO DUARTE DIAS com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (04/04/2019)

GUENIVER DE SOUSA FLORO
Estagiário

EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO

Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento JUNTADA DE LAUDO (04/04/2019)

GUENIVER DE SOUSA FLORO
Estagiário



52

04/04/2019 13:13:56

JUNTADA DE LAUDO

GUENIVER DE SOUSA FLORO
Estagiário



51

04/04/2019 09:30:08

EXPEDIÇÃO DE E-MAIL

Referente ao evento (seq. 50) DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A(22/03/2019 00:14:13). Identificador do Cumprimento: 0004.

DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DEBORA LIMA BATISTA
Analista Judiciário



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08002222520198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **MARCELO DUARTE DIAS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO MÉRITO

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na 5ª VARA CÍVEL de **BOA VISTA**, sendo autuado sob o **nº. 0728093-66.2012.8.23.0010**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 21/03/2015.

De se notar que a documentação médica acostada aos autos se refere a lesão em ombro e o laudo pericial concluiu pela existência de lesão em membro inferior direito.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de **OMBRO DIREITO, 25%**, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexo de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.

Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

Por outro giro, a Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente o nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

No caso em tela, não há nexo de causalidade, uma vez que o perito encontrou lesão invalidante em membro inferior e o documento médico menciona ombro, lesão que foi paga anteriormente, conforme informado.

Em sede administrativa houve também o diagnóstico em pé direito, no entanto, nos documentos médicos juntados não se evidenciou a presença de sequelas permanentes que fossem suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica.

Frisa-se não se apresentar crível, nem verossímil, que a parte autora venha apresentar lesão invalidante vários meses após ter sido submetido à avaliação médica administrativa. Digno de destaque são os avanços na área da medicina, que oportunizam uma melhora, atenuação, do quadro clínico da parte autora, não se justificando a ideia do aparecimento tardio de uma permanente invalidez.

OCORRE QUE, APÓS A DEVIDA REGULAÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA, QUANDO A PARTE AUTORA FOI SUBMETIDA A EXAME PERICIAL CONSTATOU-SE A AUSÊNCIA DE SEQUELA INDENIZÁVEL NO OMBRO DIREITO E PÉ DIREITO, MOTIVO PELO QUAL NÃO HÁ COBERTURA PARA TAL LESÃO, UMA VEZ QUE EM SEDE ADMINISTRATIVA NÃO FORAM ENCONTRADAS LESÕES QUE PUDESSEM TORNAR A PARTE AUTORA INVÁLIDA EM CARÁTER PERMANENTE.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 8 de abril de 2019.

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR